

Título: Temas e Contextos de Pedagogia-Educação Social.

Organizadores: Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques

© 2021, Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques e Edições Afrontamento

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt / comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36-1895-2

Colecção: Textos / 176

Depósito legal: 491725/21

N.º edição: 2096

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

Comercial@companhiadasartes.pt

novembro de 2021

Este livro foi objeto de avaliação científica

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS.NOVA, I.P.Leiria



ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS



CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS EM PORTUGAL: MESA-REDONDA SOBRE “TEMAS E CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL”

Paulo Delgado – Instituto Politécnico do Porto

Cláudia Luísa – Universidade do Algarve

José Carlos Marques – Instituto Politécnico de Leiria

Leonor Dias Teixeira – Instituto Politécnico de Santarém

Rosa Maria Ramos Novo – Instituto Politécnico de Bragança

Rui Pedro Pinto – Instituto Politécnico do Porto

1. INTRODUÇÃO

Paulo Delgado

A mesa-redonda sobre “Temas e Contextos de Educação Social em Portugal”, decorrida no III Fórum Internacional de Educação e Pedagogia Social, realizado em outubro de 2019, integrou um painel de responsáveis pela formação inicial superior, bem como de especialistas, na área da Educação Social (ES). Esta sessão permitiu partilhar experiências e refletir sobre a atualidade e os desafios que se colocam à ES em Portugal e originou o presente capítulo de livro, que se estrutura da seguinte forma: numa primeira parte, é feita uma apresentação sintética dos principais pressupostos e desafios que foram identificados pelos participantes na mesa-redonda; numa segunda parte, cada um destes participantes apresenta a sua narrativa, de modo mais detalhado, contextualizando realidades e experiências na área de intervenção de cada instituição de ensino superior: a Universidade do Algarve, o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Santarém, o Instituto Politécnico de Bragança e o Instituto Politécnico do Porto.

Nestes relatos é possível entrever a origem longínqua da ES, uma prática socioeducativa há muito existente, em diversas áreas, antes do seu reconhecimento formal como formação superior ou profissão. É possível igualmente encontrar referências aos seus múltiplos âmbitos de intervenção, da animação sociocultural à educação especializada, compondo uma heterogeneidade que se

planos académico e profissional; o desafio e oportunidade transformadora que constituem os próprios processos socioeducativos, seja nos planos da formação, seja da prática profissional; a relevância de ponderar o lugar da Educação Social no Ensino Superior e nas próprias escolas. Dar a conhecer e discutir as práticas, recursos e produtos pedagógicos e socioeducativos diversificados poderá constituir, talvez, um desafio significativo para o potencial da matriz científica e formativa da Educação Social e dos contextos de Ensino Superior. A este repto, continuamos conscientes de que acresce o esforço de encetar progressos mais significativos no conhecimento empírico dos contextos profissionalizantes, dos profissionais e das práticas de formação e de intervenção que neles se promovem (Teixeira, 2021). A experiência que temos desenvolvido até agora permite-nos identificar uma hipótese mais ampla que desafia os modelos pedagógicos, de formação e de investigação e que respeita à coexistência de vários intervenientes com as suas próprias lógicas e dinâmicas, que nem sempre são coincidentes: o Estado, a instituição de ensino superior, e os próprios estudantes. De facto, aos processos investigativos e formativos caberá encarar papéis e objetivos para atuar sobre as tensões e desequilíbrios que se geram entre as orientações políticas no Ensino Superior; as lógicas de funcionamento das ofertas formativas, as suas dinâmicas e os atores que nelas intervêm, interagindo em particular com os modelos formativos; e, finalmente, as lógicas e interesses, plurais e singulares, dos estudantes.

5. TEMAS E CONTEXTOS EM EDUCAÇÃO SOCIAL NO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Rosa Maria Ramos Novo

Breves notas históricas

A implementação do curso de licenciatura em Educação Social é um marco importante nas Escolas Superiores de Educação em Portugal.

Na Escola Superior de Educação de Bragança (ESEB), a Educação Social começou com uma licenciatura bietápica (3 anos mais 1), aprovada, em 25 de janeiro de 2005, pela Portaria 99/2005, conforme *Diário da República – I Série B* (pp. 595-596), sendo, de imediato, o plano de estudos adaptado ao processo de Bolonha, em 2007, com um plano de transição, assumindo-se, naturalmente, que não é possível retratar em algumas páginas-resumo o processo desenvolvido.

Houve, contudo, a preocupação de construir um plano de estudos que fosse ao encontro de um perfil de profissionais que se pretendia formar, embora ainda, à época, a profissão de educador social fosse apenas um embrião e sempre confundida com a de assistente social. Para ajudar a interiorizar as mudanças, porque obrigam a um paradigma de intencionalidades comuns, foi necessário clarificar as diferenças e conseguir que os educadores sociais tivessem visibilidade pelas suas características e que os recém-formados fossem integrados nas carreiras profissionais como técnicos superiores de Educação Social. Após a consolidação da licenciatura avançou-se para a criação do mestrado em Educação Social, em 2008-2009, reformulado em 2017 com a designação de Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, pelo Despacho n.º 5276/2017, conforme *Diário da República* n.º 114/2017, Série II (pp. 12215-12217), com um plano de estudos direcionado para os vários ciclos de vida do ser humano.

O impacto destes cursos na região tem sido relevante, não só pelo número de estudantes inscritos após a conclusão do 12.º ano de escolaridade, como também pelas candidaturas para maiores de 23 anos, em que vários funcionários/profissionais de instituições de cariz social, público ou privado, desejam adquirir mais e melhor formação técnico-científica.

Assim, a profissão desenvolve-se pela diversidade de categorias profissionais que dependem, ainda, da polivalência dos contextos de trabalho e das populações com os quais interage. Dada a dinâmica e a abrangência das ações e a complexidade das ações socioeducativas, é imperativo desenvolver competências abrangentes de índole cognitiva, emocional, social, técnica, mas também política, cívica e ética.

Descrito este brevíssimo percurso, é fundamental refletir sobre o passado e o presente formativo, revisitando-o e (re)construindo-o criticamente, a fim de projetar o futuro.

No essencial, é, pois, necessário convocar soluções plurais, mas articuladas, para a afirmação da formação como catalisadora de empoderamento em diferentes níveis de intervenção socioeducativa, desde a aprendizagem profissional ao quotidiano profissional, organizacional e comunitário.

Desafios da Educação Social em contexto do Ensino Superior

Sendo a Educação Social uma área de formação profissional relativamente recente em Portugal, no momento presente é imperioso questionar e encontrar uma linguagem comum que permita colmatar possíveis pontos de fratura e criar

pontes socioeducativas para práticas profissionais de empoderamento e de carácter transformador.

Esta exigência pressupõe a integração de múltiplas questões, a saber: que lugar ocupa a reflexão crítica e construtiva no quotidiano da aprendizagem profissional? Que níveis de empoderamento pessoal, profissional/institucional se desenvolvem? Que tipos de avaliação se realizam?

Muitas outras questões poderiam ser formuladas e sabe-se, de antemão, que não há receitas predefinidas, pois resultam sempre de uma construção social e contextual, onde os diferentes atores são elementos intrínsecos a estas e outras construções.

De facto, a diversidade de problemas e contextos, com missões diferenciadas, além de constituir-se como mais um repto, coloca importantes desafios em termos da formação profissional dos educadores sociais. Ora, neste contexto, importa aludir à imprescindibilidade de uma formação generalista que assegure conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos (Carvalho & Baptista, 2004), salientando-se, neste quadro, o contributo do estágio, no âmbito da formação inicial.

No estágio, em particular, a postura reflexiva, crítica e construtiva adquire um lugar central, potencialmente geradora da transformação de si mesmos e dos respetivos contextos. Com efeito, pretende-se que o futuro estagiário, perante situações reais, aprenda a responder às exigências sociais e educativas, e por vezes imprevisíveis, do exercício da profissão, não dentro de uma perspetiva meramente aplicativa, mas de acordo com uma perspetiva compreensiva, face à complexidade e singularidade do ato de agir em contexto real.

Apesar do parco conhecimento associado às transformações que ocorrem no âmbito da aprendizagem profissional, a nível pessoal e profissional (Arco & Barros, 2019; Calvo, 2013b; López-Aguado et al., 2020), é imprescindível uma formação inicial que perspetive o estágio como uma componente estruturante e estruturadora e que se constitua numa importante instância que utilize o valor epistemológico das práticas, que recorre ao significado dessa experiência para o questionamento da própria formação, bem como ao seu contributo para o melhor conhecimento sobre as condições da profissionalidade do educador social. Evidentemente que aquele remete para a necessidade de um trabalho colaborativo e bidirecional entre o contexto de ensino superior e os contextos cooperantes, assumindo que são as equipas, e não simplesmente os indivíduos, as unidades de trabalho fundamentais (Senge, 2005), sendo a colaboração e a verdadeira colegialidade adotadas individual e coletivamente, e sem estratégias defensivas à rede de parceria. E nesta direção só há uma opção: comprometer-se de forma intelectualmente honesta porque existe um acordo de vontades que

perspetiva uma caminhada em comum, integrando todos os atores num processo cooperado e colaborativo de construção de conhecimentos e saberes.

Naturalmente, duas implicações decorrem desta orientação: a primeira relaciona-se com a compreensão das especificidades contextuais dada a interdependência e interatividade entre as aprendizagens profissionais dos/as candidatos/as a educadores/as sociais e os contextos de estágio; a segunda remete para a exigência de trabalhar em diversos níveis de intervenção, operando uma dialética do individual ao coletivo, da academia ao profissional, do local ao global e vice-versa. A procura de um equilíbrio está subjacente às ligações entre a aprendizagem e a experiência e entre o conhecimento académico e o conhecimento produzido pelo formando, mas reforçando simultaneamente a dimensão coletiva e interativa entre o individual, o social e o organizacional.

Deste modo, como refere Mateus (2012), o aprofundamento de competências instrumentais e sociais de planeamento estratégico, de comunicação, de negociação e investigação constituem-se como pilares estratégicos para superar o mero saber-fazer técnico e operacional em prol de uma dinâmica reflexiva e argumentativa sólida, coerente e criadora de pontes socioeducativas que seja transformativa na construção de uma aprendizagem profissional situada.

Considerações finais

A aprendizagem profissional do educador social tem a ver com as dinâmicas da sociedade em cada momento, com a qualidade da sua formação académica, com a análise plural e integrada dos problemas sociais concretos, com uma leitura reflexiva da realidade social, uma visão solidária e inclusiva do mundo, onde o ser humano se olha e olha os outros de forma crítica.

Na sua aprendizagem profissional, o educador social desenvolve competências instrumentais apoiadas na utilização de metodologias, técnicas e estratégias de intervenção específicas, e competências interpessoais que lhe permitem aceitar a diferença e pensar de uma forma crítica e reflexiva, sempre estrategicamente atento e aberto às problemáticas sociais, o que lhe permite uma tomada de decisão em cada circunstância. Esta aprendizagem profissional reforça-se no contacto e na forma como o educador social apreende o significado de como cada sujeito vive e vivencia a vida, construindo pontes e ultrapassando barreiras, enfrentando os vários desafios que vão surgindo no seu percurso.

O trabalho baseado na descentralização, na autonomia de tomada de decisões, desenvolvido em parceria com outros profissionais, na mesma instituição ou em outras instituições, será uma mais-valia na formação do educador social,

na medida em que sentirá dignificar e reconhecer o seu trabalho a favor de uma sociedade mais inclusiva, solidária e democrática.

É necessário tempo de interiorização e de maturação, mas sobretudo é preciso congregiar vontades de todos os intervenientes neste processo, desde as instituições de ensino superior (direção, docentes, estudantes) à comunidade em geral, de forma a poder responder a todas as necessidades socioeducativas e funcionais de todos os atores sociais.

6. TEMAS E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL: O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO SOCIAL DA ESE-PP

Rui Pedro Pinto

A trajetória da Educação Social na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESE-PP) inicia-se em 1993 com o curso de bacharelato. Em 2001 é aprovado o curso bietápico de licenciatura e em 2011 procede-se à sua reorganização no âmbito do Processo de Bolonha; em 2017 é registada a alteração do seu plano de estudos. É há muito o curso de licenciatura que, integrando os regimes diurno e pós-laboral, reúne o maior número de estudantes da ESE-PP, direcionando-se uma parte destes para as ofertas formativas de mestrado da instituição.

A Educação Social tem-se consolidado em várias instituições de ensino superior em Portugal e, tal como outras áreas científicas e profissionais, depara-se com questões de identidade e legitimidade, centradas na especificidade dos seus contributos e em como torná-los reconhecidos socialmente. A resposta que poderá dar a tais desafios reside na capacidade de o educador social desenvolver uma análise científica da realidade, objetivando a interdependência entre dimensões individuais e contextuais. É, pois, fundamental que os estudantes de Educação Social consigam compreender cientificamente problemas e necessidades, bem como recursos e potencialidades, dos indivíduos, grupos e estruturas sociais. Para tal, o modelo formativo privilegiado no curso de licenciatura em Educação Social da ESE-PP visa estimular (i) a interdisciplinaridade, como transgressão de fronteiras entre ciências que quebre o isolamento disciplinar, (ii) o ecletismo metodológico, enquanto combinação de métodos e técnicas de produção de conhecimento, e (iii) o pluriparadigmatismo, como construção de uma malha conceptual densa para a compreensão dos fenómenos em análise. Ora, estes princípios identitários apelam a um reforço de condições que possibilitem um maior envolvimento dos docentes e dos estudantes em linhas de investigação científica estáveis em áreas relevantes da Educação Social, como meio de qualificação da formação e do exercício da profissão. Todavia, o subfinancia-